

FH adia divulgação de programa

ANDRÉ LACERDA E
SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O conselho político da campanha de Fernando Henrique Cardoso à reeleição aprovou com correções, ontem, após cinco horas de reunião no Palácio da Alvorada, a versão preliminar do programa de governo para os próximos quatro anos. O texto final só será anunciado no dia 3 de setembro, em entrevista coletiva, pelo presidente Fernando Henrique, no comitê de campanha. Hoje, os coordenadores político, Euclides Scalco, e do programa de governo, Carlos Pacheco, anteciparão as metas para as

áreas de educação e emprego, as únicas que passaram sem problemas pelo crivo dos partidos aliados. O compromisso do candidato é criar 7,8 milhões de empregos até 2002 e mais 17 milhões de vagas no ensino médio e profissionalizante. "Houve mais discussão do que decisão", comentou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, porta-voz do encontro, na saída. Ele admitiu que pelo menos 20% das metas estabelecidas no *Mãos à Obra*, como foi batizado o programa do candidato tucano em 1994, não foram cumpridas. "Uma das contribuições importantes nesta tarde foi especificar formas de participação da so-

ciedade no futuro governo", informou o ministro. Uma das correções de rumo no programa seria desprezar as metas numéricas para se concentrar em como alcançá-las.

A principal mudança será na relação entre o estado e a sociedade. Essa foi uma das alterações sugeridas ontem: a sociedade também terá deveres. "Acabar com a fome, com o desemprego e dar mais justiça social não são apenas compromisso de governo, mas também da sociedade como um todo", lembrou Pacheco. As contribuições foram discutidas antes em reuniões prévias do conselho, realizadas na residência do falecido

ministro Sérgio Motta, com a participação da primeira-dama, Dona Ruth Cardoso. Os coordenadores decidiram rever as estratégias do programa, a fim de privilegiar as parcerias do governo com a sociedade e com a iniciativa privada. "Pela primeira vez não estamos fazendo uma lista de metas, mas integrando objetivos claros de governo", disse Paulo Renato.

O representante do PSDB no encontro, Pimenta da Veiga, exigiu que a descentralização das ações administrativas nos três níveis de governo — federal, estadual e municipal — seja o ponto de partida do segundo mandato. Já o representante do PTB, de-

putado Rodrigues Palma (MT), insistiu no compromisso do presidente em dar mais atenção ao Centro-Oeste.

As metas serão apresentadas em torno de quatro eixos: manter a estabilidade, aumentar o emprego, integrar a sociedade e radicalizar a democracia, com maior participação da sociedade nas decisões. "Vamos incluir os excluídos", frisou Paulo Renato. Ficou decidido que não haverá capítulo específico destinado apenas à educação. "Serão encontradas referências à educação em meio a pontos sobre geração de emprego e sobre a participação social", acrescentou.

Na área econômica, as metas se-

rão a redução da taxa de juros e do déficit público, além da manutenção da inflação baixa. O mais importante, entretanto, serão as propostas para a geração de novos empregos, que virão acompanhadas de políticas setoriais para a agricultura, o turismo e a infra-estrutura, além das parcerias com o setor privado.

Quanto à reforma agrária, o ministro disse que o problema é superar o dilema de apenas tratar do assentamento dos sem-terra, para passar a discutir a questão dos já assentados, do crédito, da comercialização e do financiamento. "Os assentamentos não serão quistos isolados do resto do mundo", adiantou.